

ENTRE A APARÊNCIA E A ESSÊNCIA: A PROTOCOLIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS ESCOLARES E O DEBATE PÓS-PANDEMIA***BETWEEN APPEARANCE AND ESSENCE: THE PROTOCOLIZATION OF SCHOOL CURRICULUMS AND THE POST-PANDEMIC DEBATE******ENTRE APARIENCIA Y ESENCIA: LA PROTOCOLIZACIÓN DE LOS CURRÍCULOS ESCOLARES Y EL DEBATE POSPANDÉMICO***Rosimar Serena Siqueira ESQUINSANI¹

RESUMO: O ano de 2020 foi diferente. A conjuntura instaurada com o advento da Pandemia Sars-Cov-2 não tem precedentes na história recente. Fomos obrigados, de forma dura, a rever propostas para as gerações futuras: o que ensinamos é relevante? E o que ensinaremos, doravante? Assim, o texto apresenta como objetivo discutir a política curricular institucionalizada em curso e em nível federal – representada formalmente pela Base Nacional Comum Curricular -, e a necessária problematização da mesma a partir das reflexões oriundas do estado de exceção provocado pela pandemia. Metodologicamente o texto está estruturado a partir de uma pesquisa em base documental e bibliográfica, pautada por uma metodologia analítico-reconstrutiva em diálogo com autores contemporâneos. O corpus documental foi constituído por peças publicitárias veiculadas no canal do MEC no Youtube, tratando direta ou indiretamente da BNCC. As discussões indicam a legitimidade da atual política curricular, mas problematizam seu caráter protocolar, priorizando a aparência (roteiros) em razão da essência (contextualizações). O texto conclui que o currículo pós-pandemia precisará considerar contextos datados, que exigem adaptações rápidas, com formas amplas de pensamento e ação.

Palavras-chave: Currículo. Base Nacional Comum Curricular. Pós-pandemia.

ABSTRACT: The year 2020 was different. The conjuncture established with the advent of the Sars-Cov-2 Pandemic is unprecedented in recent history. We were hard-pressed to review proposals for future generations: is what we teach relevant? And what will we teach, from now on? Thus, the text aims to discuss the institutionalized curricular policy in course and at the federal level - formally represented by the National Common Curricular Base -, and the necessary problematization of it from the reflections arising from the state of exception caused by the pandemic. Methodologically, the text is structured based on a documentary and bibliographic research, guided by an analytical-reconstructive methodology in dialogue with contemporary authors. The documentary corpus consisted of advertising pieces broadcast on the MEC channel on Youtube, dealing directly or indirectly with BNCC. The discussions indicate the legitimacy of the current curricular policy, but problematize its protocol character, prioritizing the appearance (scripts) due to the essence (contextualizations). The text concludes that the post-pandemic curriculum will need to consider dated contexts, which require rapid adaptations, with broad forms of thought and action.

Keywords: Curriculum. Common National Curricular Base. Post-pandemic.

¹Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEdu / FAED / UPF. Pesquisadora Pq/CNPq. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6918-2899>. e-mail: rosimaresquinsani@upf.br

RESUMEN: *El año 2020 fue diferente. La coyuntura establecida con el advenimiento de la pandemia Sars-Cov-2 no tiene precedentes en la historia reciente. Nos costó mucho revisar propuestas para las generaciones futuras: ¿es relevante lo que enseñamos? ¿Y qué enseñaremos a partir de ahora? Así, el texto pretende discutir la política curricular institucionalizada en curso y a nivel federal -representada formalmente por la Base Curricular Común Nacional-, y la necesaria problematización de la misma a partir de las reflexiones surgidas del estado de excepción provocado por la pandemia. Metodológicamente, el texto se estructura a partir de una investigación documental y bibliográfica, guiada por una metodología analítico-reconstructiva en diálogo con autores contemporáneos. El corpus documental consistió en piezas publicitarias difundidas en el canal MEC en Youtube, que trata directa o indirectamente con BNCC. Las discusiones señalan la legitimidad de la política curricular actual, pero problematizan su carácter protocolario, priorizando la aparición (guiones) por esencia (contextualizaciones). El texto concluye que el plan de estudios pospandémico deberá considerar contextos anticuados, que requieren adaptaciones rápidas, con amplias formas de pensamiento y acción.*

Palabras clave: *Plan de estudios. Base Curricular Nacional Común. Post-pandemia.*

Introdução

O ano de 2020 foi diferente. Medo, restrições, angústias, isolamento. Acompanhamos um grande fato histórico se desenrolar diante de nossos olhos (talvez algo equivalente ao 11 de setembro de 2001). Mas, seguramente, a conjuntura social, econômica e, sobretudo, de saúde pública instaurada mundialmente, a partir do advento da Pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2) não tem precedentes na história recente.

Não vivemos nada similar, nada que nos obrigasse de forma tão efetiva e dura, a rever conceitos, tempos e propostas para as gerações futuras. Essa situação provocou ainda um amálgama de sentimentos que afetou também nossas crianças e adolescentes, sobretudo, em relação ao pertencimento a um dos espaços mais democráticos da sociedade: a escola.

A relação com a escola, que era cotidiana, próxima e acolhedora, passou a ser esporádica, distante e ‘remota’, evidenciando um grande desafio: sua reinvenção como instituição. De uma hora pra outra, os professores precisaram aprender a operar com tecnologias; replanejar aulas; produzir vídeos; atuar em ambientes virtuais de aprendizagem e manter o vínculo afetivo com seus alunos. Câmera e áudio ligados, além da presença em aula computada por um *chat*. Verbos como ‘copiar’ e ‘resolver’ deram espaço aos verbos ‘acessar’ e ‘postar’, desvelando uma nova semântica escolar.

E, se a escola precisou se reinventar, as famílias também enfrentaram desafios, sobretudo ao (re)conhecer seus próprios filhos no convívio mais próximo. Também, os alunos foram confrontados com uma habilidade talvez ainda tímida, tais como a autonomia nos estudos. Desafios e aprendizados em todos os sentidos e para todos os sujeitos.

E os efeitos de 2020 serão sentidos a longo prazo, permitindo a projeção de novos horizontes para a educação. Um horizonte imediato é a presença das tecnologias como suportes para metodologias de ensino. A perspectiva de ensino híbrido e o uso de plataformas virtuais não vai nos abandonar tão cedo. Ainda ‘acessaremos’ e ‘postaremos’ muito!

Outra projeção possível: a escola dá sinais evidentes de reforço ao trabalho colaborativo. Escolas procuraram e prestaram auxílios; centenas de *lives* mantiveram o acesso e a democratização do conhecimento; gente que nem se conhecia formou redes de diálogo e incentivo.

Mas há outras projeções mais desafiadoras: o que ensinaremos, doravante? Para o pós-pandemia, é urgente a revisão das concepções de currículo, sobretudo diante de questões como: quais conhecimentos e habilidades são, realmente, importantes na vida de nossos alunos? O que ensinamos é, de fato, relevante? Talvez, seja a hora de compreendermos a formação humana como algo além de um amontoado de conteúdos e roteiros.

De tal circunstância e da pertinência de estudos acerca de tal circunstância - especificamente os efeitos educacionais da chegada da Pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2) -, nasce a proposta do presente artigo, conduzido pelo objetivo de discutir a política curricular institucionalizada em curso e em nível federal – representada formalmente pela Base Nacional Comum Curricular -, e a necessária problematização da mesma a partir das reflexões oriundas do estado de exceção provocado pela pandemia. O advento da Pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2) nos fez problematizar – e prospectar – um futuro no qual os aspectos formais ou protocolares dos currículos nos induziriam a uma perspectiva conteudista, provavelmente distinta de uma formação ontológica necessária a um mundo ágil e com desafios diferenciados, como o cenário mostrado pela pandemia.

Operacionalmente, a pesquisa foi realizada em base documental e bibliográfica, pautada por uma metodologia analítico-reconstrutiva em diálogo com autores contemporâneos, apresentando potenciais subsídios ao debate mínimo sobre políticas de

currículo, a partir dos recursos advindos da pesquisa científica, sustentados uma abordagem qualitativa com aspectos quantitativos (ESTEBAN, 2010).

Para o exame qualitativo dos documentos, foi adotado o procedimento da análise de conteúdo, utilizando-se a técnica da análise temática, ou seja, utilizando o ‘tema’ (BARDIN, 2011) como unidade de registro, buscando os núcleos de sentido que compõem a comunicação em razão/relação ao objetivo escolhido, pois o “[...] tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado, segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (BARDIN, 2011, p.105).

A análise de conteúdo pode ser caracterizada como

[...] um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados [...] é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade (BARDIN, 2011, p. 9).

Tal análise de conteúdo foi aplicada sobre um corpus documental constituído a partir de peças publicitárias veiculadas no canal oficial do MEC no Youtube (https://www.youtube.com/c/ministeriodaeducacao_MEC), tratando centralmente da Base Nacional Comum Curricular e, de forma periférica, de possíveis desdobramentos do que temos denominado protocolização do currículo.

Para sequência dos argumentos, o texto está estruturado em 04 seções: uma seção que elabora argumentos acerca de algumas políticas federais e a consequente protocolização dos currículos escolares; uma segunda seção que discorre sobre o canal oficial do MEC na Plataforma Youtube; uma terceira seção que faz discussões sobre o currículo escolar no cenário pós-pandêmico e, por fim, são expostas as considerações finais.

Apontamentos sobre políticas federais e a protocolização dos currículos

Há, com alguma recorrência, a vencedora tese de que o futuro é o lugar melhor que o passado. Em uma concepção unidimensional, grassa a perspectiva de que também em políticas educacionais estaríamos vivenciando acúmulos de experiências traduzidas em futuros sempre mais animadores do que aspectos do passado, legitimando a “noção linear que predominou na compreensão sobre os problemas educacionais no sentido temporal: do passado (de onde advêm os problemas) para o presente (limites

diversos e análise de possibilidades) e para o futuro (metas a serem alcançadas)” (SOUZA; POLI, 2020, p. 539)

Esta parecia ser a tônica que validava a política curricular nacional traduzida na Base Nacional Comum Curricular, oferecida como “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica,” (BRASIL, 2017, p. 7) sendo, um pouco mais adiante, definida como “referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares” (BRASIL, 2017, p. 8).

Tal lugar anunciado e ocupado pela Base apenas corrobora a ideia da construção de políticas educacionais como um acúmulo linear, desprovido de ligações mais densas com os contextos de aplicação e endereçados a sujeitos amorfos presentes, em grande medida, apenas nas páginas dos documentos oficiais.

Os países constroem processos de diagnósticos, de visualização de problemas e elaboração de estratégias de enfrentamento, de definição de prioridades, tecnologias de acompanhamento e avaliação, e parecem fetichizar este processo, dando-lhe tamanha importância e centralidade que, por vezes, tem-se a impressão que a implementação do planejamento se constitui em um detalhe, bastante menor do que a sua elaboração técnica (SOUZA; POLI, 2020, p. 538)

Ou seja, a Base Nacional Comum Curricular parecia falar de si e para si, tamanha sua ‘generosidade’ em centralizar e representar a política curricular mais adequada para todo o país. Tal intenção ficava ainda mais evidente quando demonstrada – de forma audiovisual – pelas peças publicitárias do Ministério da Educação em relação ao documento, veiculadas no canal oficial do MEC no Youtube (https://www.youtube.com/c/ministeriodaeducacao_MEC).

Uma das primeiras peças publicitárias foi veiculada ainda no processo de elaboração da Base, demonstrando todo seu processo de construção, justificado pelos documentos jurídico-normativos reguladores, que dariam legitimidade a Base, mormente a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação.

Didaticamente, a peça publicitária explicava que:

O que é a Base Nacional, que vai orientar a educação no Brasil? A educação é peça-chave no desenvolvimento da sociedade e do país. O Brasil, com dimensões continentais, terá uma Base que define o conjunto de aprendizagens essenciais, a que todos os alunos têm

direito na educação básica e coloca a educação brasileira em compasso com as demandas do século XXI. E esse debate não é recente. A Constituição de 1988 já destacava a educação a serviço do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases determinava que a União firmasse um pacto interfederativo, um acordo com os vários níveis de governo para estabelecer competências e diretrizes capazes de orientar os currículos. Em 2014 o Plano Nacional da Educação reafirmava a necessidade de estabelecer diretrizes pedagógicas para a Educação Básica e de criar uma base nacional, que orientasse os currículos de todas as unidades da federação. A Base Nacional, resulta de um processo que está sendo construído democraticamente, com o envolvimento de educadores e da sociedade. A primeira versão, contou com mais de 12 milhões de contribuições, que apoiaram a produção da segunda versão. Novamente colocada em debate em 27 seminários, um em cada unidade federativa, a Base recebeu colaborações de mais de 9 mil professores e especialistas. Esta etapa foi realizada com a parceira do CONSED e da UNDIME. Com isso, foi consolidada a versão final. Esse produto coletivo foi entregue ao Conselho Nacional de Educação, que discutirá o documento em cinco audiências públicas, uma em cada região do país. Homologada pelo Ministério da Educação, a Base vai orientar: a elaboração dos currículos e propostas pedagógicas das escolas públicas e privadas e também políticas para a formação de professores, produção de material didático e avaliação (BRASIL, 2017b, transcrição minha)

Dos conceitos apreendidos na peça publicitária, salta aos olhos a perspectiva de que a Base seria um instrumento de promoção da equidade educacional, garantindo aprendizagens essenciais para as escolas de todo o (continental) país, como referido ao final da peça publicitária em destaque:

A Base Nacional representa um instrumento para promoção da equidade, na medida em que define as aprendizagens essenciais e orienta as políticas educacionais que serão implementadas nas escolas de todo o país. A Base Nacional terá um papel decisivo na formação integral do cidadão e na construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2017b, transcrição nossa)

Especificamente essa peça publicitária relacionada a Base Nacional Comum Curricular, foi postada em 19 de abril de 2017 e contava – ao final de 2020 –, com mais de 280 mil visualizações. Em relação as reações ao conteúdo da publicidade, não há possibilidade de comentários, o que não permite uma análise mínima das reações qualitativas do público e, apesar da boa quantidade de visualizações, a peça apresenta poucas interações (cerca de mil manifestações em *likes* e *deslikes*).

Mas há ainda outra peça publicitária no canal oficial do MEC no Youtube, uma peça lançada depois da homologação referida na publicidade de 2017. Em tal peça

publicitária está novamente evidenciada a perspectiva homogeneizante e protocolar da Base, muito preocupada com a forma e com as supostas ações de equidade que ela proporcionaria a partir de um currículo único:

O Brasil terá, pela primeira vez, uma Base Nacional Comum Curricular! O documento é democrático e respeita as diferenças. Com a Base, todos os estudantes do país, de escola pública ou particular, terão os mesmos direitos de aprendizagem. Isso é bom: se a base da educação é a mesma, as oportunidades também serão! Ministério da Educação – Governo Federal (BRASIL, 2018, transcrição nossa)

Essa peça publicitária relacionada a Base e postada no canal oficial do MEC em 13 de abril de 2018 contava, no final de 2020, com pouco mais de 12 mil e cerca de 200 interações em likes e dislikes, uma vez que também é uma postagem que não aceita comentários.

Um destaque: o canal oficial do MEC na Plataforma Youtube

O canal oficial do MEC no Youtube – em endereço anteriormente referido –, apresenta como descrição ser o espaço de vídeos institucionais do ministério da educação. Inscrito na Plataforma do Youtube desde 02 de outubro de 2008, o canal contava ao final de 2020, com 142 mil inscritos e quase 24 milhões de visualizações.

Ao longo do ano de 2020 o MEC lançou em seu canal no Youtube 12 (doze) filmes das campanhas publicitárias de utilidade pública do Ministério da Educação. Os temas recorrentes em 2020 se constituíram em programas e ações de governo para alfabetização e mobilizações em torno do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

Foram 03 publicidades sobre ações programas de governo voltados à Alfabetização: Tempo de Aprender; GraphoGame e o Curso ABC: Alfabetização Baseada na Ciência. Além dos vídeos de campanhas publicitárias oficiais sobre alfabetização, o canal do MEC ainda apresenta um conjunto de outros vídeos ‘enviados’, com destaque para uma série de 17 vídeos de uma ação denominada “Como aproveitar o tempo com as crianças”, onde são publicizadas dicas para que a família trabalhe aspectos da alfabetização aproveitando o tempo do distanciamento social.

Foram ainda postadas 03 campanhas sobre o ENEM: uma peça publicitária em relação a enquete promovida pelo MEC sobre as novas datas das provas do ENEM, veiculada em 23 de junho de 2020; um vídeo sobre as inscrições para o ENEM 2020,

veiculado em 04 de maio e uma peça publicitária acerca do pedido de isenção da taxa de inscrição ao ENEM, publicada em 15 de abril de 2020.

Há, ainda, outras duas peças publicitárias sobre cursos profissionalizantes, o vídeo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), postado em 18 de dezembro de 2020 e antes desse vídeo, uma postagem sobre o programa de governo Novos Caminhos, publicado em 21 de maio de 2020.

Por fim, há ainda mais 07 peças publicitárias que compõem o catálogo de vídeos oficiais do MEC em 2020 no Youtube, três veiculadas antes da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus e da edição da Medida Provisória nº 934, de 01 de abril de 2020, que estabeleceu normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior, sendo posteriormente convertida na Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020.

A primeira publicação de 2020 faz divulgação dos programas de acesso ao Ensino Superior, com o título SiSU - ProUni - Fies (2020), veiculada em 23 de janeiro de 2020. A segunda publicação de 2020 data de 03 de fevereiro de 2020 e refere-se a ação Diploma Digital, onde instituições de ensino superior terão o diploma em versão digital. Em sequência há uma divulgação das inscrições para a Obmep 2020, em 21 de fevereiro de 2020.

Já as 04 peças publicitárias veiculadas depois das legislações que reconheceram a emergência de saúde pública e as novas perspectivas para o Ano Letivo são, nomeadamente: uma peça sobre a Política Nacional de Educação Especial (PNEE), postado em 20 de novembro de 2020; um vídeo sobre a coleção Conta pra Mim, postado em 27 de agosto de 2020 e uma peça sobre o aplicativo Clique Escola, veiculada em 19 de março de 2020.

A 15ª campanha publicitária oficial do MEC em seu canal do Youtube a qual nos detemos é, justamente, a única que se dirige de forma direta ao contexto da Pandemia. Trata-se do vídeo Guia de Segurança para Retorno às Aulas, com pouco mais de 6 mil visualizações, postado em 20 de novembro de 2020.

Desta narrativa é possível depreender a interpretação de um certo silêncio do MEC em relação a pandemia. A única peça de campanha oficial veiculada no canal do Youtube do Ministério é precisamente sobre reforço ao retorno presencial das aulas na Educação Básica.

Há pouca instrução específica, diretriz de desenvolvimento curricular, ou mesmo um programa mais amplo de apoio a gestores, professores, pais e alunos. A veiculação mais extensa de uma ação de política educacional por parte do MEC diz respeito ao que se depreende ser o grande mote do Ministério para a Educação Básica: a alfabetização, com instruções para os pais, no conjunto de dezessete vídeos da ação denominada “Como aproveitar o tempo com as crianças”.

Entre a aparência e a essência: o pós-pandemia

Partimos, como argumento, que um contexto datado e específico tomou a escola para si e ‘puxou o tapete’ da BNCC, obrigando-a a revisar seus protocolos: a chegada da Pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2). Os conhecimentos, competências e habilidades estabelecidos pela Base enfrentaram grandes dificuldades em sair do papel e tomar a vida cotidiana em um tempo em que enveredamos para o ensino remoto, porém salpicado por situações díspares envolvendo redes e sistemas de ensino Brasil à fora.

Tais situações vão desde aquelas escolas que trabalharam o tempo todo de forma remota (sejam redes públicas ou privadas); escolas pertencentes a redes de ensino que ficaram em total letargia durante meses, esperando orientações macro, além de redes que migraram para o ensino remoto e depois ensaiaram o retorno ao presencial, operando em condições que permitiram o hibridismo, com parte de seus alunos no presencial e parte em atividades remotas.

Desta miscelânea de situações e do contexto pandêmico restaram, ao menos, duas reflexões: a necessária problematização da escola como instituição e a também indispensável problematização daquilo que chamamos de ‘protocolização’ do currículo – em especial das diretrizes da BNCC –, ou a condução dos conhecimentos, competências e habilidades trabalhados na escola por um caminho formal e protocolar, onde ‘cumprir’ roteiros é mais relevante que preparar-se para o imponderável.

Em relação ao primeiro ponto, urge compreender que a escola se configurou, ao longo de décadas, como um espaço rígido e mais ou menos imutável.

Organizacionalmente, a escola adquire a configuração que, no essencial, se mantém até aos dias de hoje: i) um edifício próprio, que tem como núcleo estruturante a sala de aula; ii) uma arrumação orgânica do espaço, com os alunos sentados em fileiras, virados para um ponto central, simbolicamente ocupado pelo quadro negro; iii) uma turma de alunos relativamente homogênea, por idades e nível estabelecido através de uma avaliação feita regularmente pelos professores; iv) uma organização dos estudos com base num currículo

e em programas de ensino que são lecionados, regularmente, em lições de uma hora (NÓVOA, 2019, p. 03)

Efetivamente, o cenário da educação escolarizada, rearranjado pelo advento da pandemia, foi essencial no questionamento acerca do que a escola vinha fazendo, ou de como ela estava organizada. O grande questionamento, em um olhar mais superficial, repousou sobre a forma como os conteúdos escolares seriam trabalhados: da então forma presencial para a forma remota ou híbrida.

Todavia, parece que há um olhar mais profundo a ser direcionado sobre o assunto, um olhar que recaia sobre a essência – e não a aparência – da mudança que se espera da escola.

A escola assenta num contrato social e político que lhe atribui a responsabilidade pela formação integral das crianças e num modelo organizacional bem estabelecido. No início do século XXI começou a tornar-se claro que este contrato e este modelo precisam de ser profundamente repensados. Já não se trata de melhorias ou de aperfeiçoamentos ou mesmo de inovações, mas de uma verdadeira metamorfose da escola (NÓVOA, 2019, p. 03)

Neste ponto, parece pertinente questionarmos a política curricular em nível federal, especificamente em sua materialização através da BNCC. Em um contexto de distanciamento social, de riscos efetivos à saúde pública, revisar a essência do que ensinamos parece mais significativo do que o protocolo a ser cumprido. Grosseiramente, de forma presencial, remota ou híbrida, faz sentido o que ensinamos?

Como caminharemos para um novo contrato de escola, para uma metamorfose, como na reflexão proposta por Nóvoa, se estamos amarrados em uma lógica de currículo indutivo e conteudista?

A propaganda de chamamento às inscrições para o ENEM 2020 empresta uma amostra visceral dessa perspectiva:

E se uma geração de novos profissionais fosse perdida? Médicos, enfermeiros, engenheiros, professores. Seria o melhor para o nosso país? A vida não pode parar. É preciso ir à luta, se reinventar, superar. Dias melhores virão. E, por isso, eu quero fazer o ENEM este ano. Para entrar em uma universidade. Estude, de qualquer lugar, de diferentes formas, pelos livros, internet, com a ajuda a distância dos professores. Faça já sua inscrição no ENEM [informações sobre inscrições]. As provas serão no final do ano. Até lá, estude. Seu futuro já está aí (BRASIL, 2020b, transcrição nossa)

A peça publicitária contava com mais de 320 mil visualizações desde 4 de maio de 2020, com 4,1 mil likes, 29 mil deslikes (ou ‘não gostei’) e mais de 4 mil

comentários, a maioria denunciando a extrema desigualdade de oportunidades educacionais que não são mitigadas por um simples golpe de ‘força de vontade’, como faz supor a peça publicitária.

Aliás, as campanhas publicitárias em torno do ENEM deixam bastante patente a ideia de que o projeto federal para a educação durante a pandemia foi, em grande medida, garantir a realização do ENEM. Na peça publicitária de 15 de abril de 2020 é mencionado que... “A vida não pode parar. [...]. Afinal, o Brasil precisa de você [...]. Por isso, este ano vai ter ENEM” (BRASIL, 2020).

Na esteira de tal raciocínio, podemos inferir que fazer o ENEM dentro de um rigoroso calendário, é mais importante do que zelar pela saúde pública, isso nos leva acreditar que seguir o protocolo intransigente do currículo é, em si, uma considerável política de estado, acima das possibilidades históricas e materiais de realização do próprio currículo.

À despeito do caráter prático que o MEC parece atribuir aos seus propósitos em relação a política curricular, a pandemia mostrou-nos que, para conquistarmos uma “formação integral do cidadão e na construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2017b) é mister “promover uma Educação que garanta a apropriação de conhecimentos, habilidades e visões de mundo que se mostrem indispensáveis para poder viver, conviver, lutar e sobreviver no mundo contemporâneo” (MOREIRA, 2013, p. 547).

Ainda discutindo as peças publicitárias veiculadas sobre o ENEM, as marcas do estudo conteudista, atreladas a ideia que é fundamental – acima de qualquer outra situação – vincular-se a um projeto de autoformação, parecem indicar que a política curricular está mais direcionada a propósitos de aparência (possível de ser medida, quantificada, disposta a métricas e a rankings de prestação de contas) do que a essência do papel da escola e do conteúdo como transmissão intergeracional. Como bem alerta Macedo:

Mais do que essa faceta da universalidade, no entanto, interessa-me destacar o fato de que a definição do currículo como projeção de identidades e o caráter instrumental que o conhecimento ganha na construção dessa identidade são instrumentos poderosos de universalização. Ao longo da história do pensamento curricular, eles vêm construindo um sentido para currículo que busca impedir o surgimento do imprevisto e a manifestação da alteridade. Dessa forma, não apenas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, mas também nelas, a centralidade do conhecimento e a redução de educação a ensino funcionam como discursos poderosos no sentido do controle da diferença. [...] Assim, o que poderia ser uma ampliação de sentidos

para a educação, englobando o sujeito e sua subjetivação, acaba subsumido em uma matriz na qual o aprendizado/ensino de um conhecimento externo ao sujeito lhe garante a construção de uma identidade conforme um projeto prévio (MACEDO, 2012, p. 731)

Seguindo a lógica de Macedo, as políticas curriculares federais representadas ou materializadas pela Base Nacional Comum Curricular, quando descoladas de contextos práticos e históricos, restam por reduzir a educação ao ensino, priorizando a aparência em razão da essência e solidificando uma protocolização do currículo que pouco colabora para uma educação ontológica e integral do cidadão (paradoxalmente um dos esteios de justificativa da própria Base).

Isso porque

[...] o currículo não é algo frio, descontextualizado, ao contrário, é algo vivo feito por gente para gente, precisa ser visto enquanto ação. Qualquer currículo traz a marca da cultura no qual ele pertence (ou pertencia). Por tal razão, podemos entender que no currículo estão contidos mais que os conteúdos, estão incluídas nele as concepções de vida do indivíduo e todas as relações interpessoais que este estabelece ao longo de sua história. (MINETTO, 2012, p. 31).

De outra forma, a Base Nacional em sua execução, no ato de sua materialização no 'chão da escola' não se dá no vazio histórico, senão em circunstâncias datadas que podem alterar substancialmente os roteiros prévios estabelecidos.

Assim, reiteramos a legitimidade da atual política curricular representada pela BNCC, mas concordamos que seu caráter protocolar, que a aparência (roteiros) em razão da essência (contextualizações) não foi o mais adequado encaminhamento de política de currículo para o contexto da Pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2).

Considerações finais

A escola, se por um lado foi a materialmente mais afetada – com o distanciamento social que durou meses -, também surge como um possível cenário de transformações. Para tanto, parece ser necessário revisitar posicionamentos e autores, redimensionando e reorganizando pedagogicamente o que tínhamos, até então no horizonte, de modo especial em relação ao currículo escolar.

Para problematizar o currículo escolar, adotamos a compreensão circunstanciada da política curricular encetada em nível federal e materializada pela Base Nacional

Comum Curricular – BNCC, examinando peças publicitárias veiculadas no canal oficial do MEC no Youtube e tratando sobre o tema.

Em um olhar rápido sobre o canal – visto que tal intento não era nosso objeto central –, foi possível depreender a compreensão de que o MEC veiculou poucas indicações de desenvolvimento curricular em 2020, permitindo a leitura de um alinhamento a Base, sem exceção às circunstâncias peculiares do ano.

À despeito da elaboração da Base Nacional Comum Curricular, alimentada por princípios jurídico-normativos anteriores, bem como o fato de que sua produção foi, de forma considerável, compatibilizada com movimentos democráticos (consultas amplas, parceiras, audiências públicas, etc.), nos parece justo colocá-la em discussão quando confrontada com contextos datados, que exigem adaptações rápidas, como o que ocorreu no ano de 2020. Tal procedimento, longe de invalidar a Base, a considera a partir de marcos situacionais históricos e falíveis, que consideram a produção humana de vida e suas correlações necessárias com os cenários datados.

Concluimos que há uma leitura linear de currículo que o torna protocolar e mais preocupado com a aparência, revestida pelo discurso da equidade, do que com a essência, ou aprendizagens que sejam, de fato, necessárias a um mundo com contrastes e imponderáveis, onde fatos históricos – como a pandemia – podem nos ‘pegar de surpresa’ a qualquer momento.

Por fim, acreditamos que a estrutura formal e protocolar da BNCC carece de problematizações para além da perspectiva de ‘vencer’ conteúdos, sobretudo quando colocada diante de contextos instáveis e desafiadores, como Pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2). É preciso pensar em políticas curriculares que formem as gerações futuras para os imponderáveis e que, respeitadas as diferenças, sejam capazes de convergir e buscar soluções coletivas, não porque receberam a mesa informação escolar protocolar, do Monte Caburaí/RR ao Chuí/RS, mas porque desenvolveram formas amplas de pensamento e ação.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, 2017b. Youtube. Postado em 19 de abril de 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=g2_9XIE18NA. Acesso em: 07 dez 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, 2018. Youtube. Postado em 13 de abril de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fbz-cpct1W4>. Acesso em: 07 dez 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **ENEM 2020 - Isenção**, 2020. Youtube. Postado em 15 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IQMSrxLzLLk>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **ENEM 2020 - Inscrições**, 2020b. Youtube. Postado em 04 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=apufjiGIY0>. Acesso em: 10 dez. 2020.

ESTEBAN, Maria Paz Sandín. **Pesquisa Qualitativa em Educação**: fundamentos e tradições. Porto Alegre: Mc Graw Hill, 2010.

MACEDO, Elizabeth. Currículo e conhecimento: aproximações entre educação e ensino. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 42, n. 147, p. 716-737, Dez. 2012.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva**: entendendo este desafio. Curitiba: InterSaberes, 2012.

MOREIRA, A. F. Currículo e gestão: propondo uma parceria. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 547-562, jul./set. 2013.

NOVOA, António. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84910, 2019.

SOUZA, Ângelo Ricardo de; POLI, Roberto. O planejamento da política educacional brasileira: a insuficiência da perspectiva de futuro no Plano Nacional de Educação de 2014. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 537-552, maio/ago. 2020.

Enviado em: 09/01/2020.

Aceito em: 20/03/2021.

Publicado em: 10/06/2021.